

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO IV Nº 146 Rio de Janeiro, de 25 a 31 de dezembro de 2006

Diploma para defender o Rio

Fabiola Gerbase



Plenário Barbosa Lima Sobrinho sediou a cerimônia de diplomação do governador, senador e deputados federais e estaduais

No último dia 15 de dezembro, o Tribunal Regional Eleitoral diplomou o governador Sérgio Cabral Filho e os 118 parlamentares eleitos em 2006. “A partir de agora, vocês carregam não apenas a missão, mas a responsabilidade de lutar pelo desenvolvimento do estado e por mais saúde e educação”, afirmou o presidente do TRE-RJ, desembargador Roberto Wider, em seu discurso após a diplomação, realizada no Plenário da Alerj.

Antes da cerimônia, os deputados estaduais eleitos falaram sobre seus objetivos para a próxima legislatura e destacaram a luta pelo desenvolvimento regional e geração de empregos. O

presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), afirmou que trabalhará pelo desenvolvimento de políticas públicas e na prestação de serviços para a população. “Vamos trabalhar em prol das pessoas com deficiência, assim como da assistência aos consumidores, através da Comissão de Defesa do Consumidor”, ressaltou.

Deputados que voltam à Alerj, depois de exercerem cargos no Executivo, também estão animados. “Minha maior luta será pelo abastecimento de água na Baixada Fluminense”, afirmou José Camilo Zito (PSDB).

PÁGINAS 4 e 5

Governadora Rosinha presta contas de seu mandato

PÁGINA 3

Pisos salariais são debatidos pela Comissão de Trabalho

PÁGINA 7

Picciani resalta avanços e conquistas desta legislatura

PÁGINA 8

Graduação com o apoio da Casa

SEGURANÇAS OBTÊM DIPLOMA, BENEFICIADOS POR CONVÊNIO ENTRE A ALERJ E A UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

ALINE LEAL



Fabiola Gerbase

Luiz Ronaldo da Silva empunha o sonhado diploma de Gestão em Segurança Pública

Por uma noite, os inspetores de segurança da Alerj trocaram o terno e a gravata utilizados durante o expediente, pela tradicional beca usada por formandos na cerimônia de colação de grau. No dia 13 de dezembro, no auditório da Academia de Polícia Civil, Ubirajara Orlando, 43 anos, 12 dos quais trabalhando na Casa, e Luiz Ronaldo da Silva, 44, há 22 anos como segurança da Alerj, receberam o diploma do curso politécnico de Gestão em Segurança Pública da Universidade Estácio de Sá. Por meio de um convênio da Alerj com a instituição, Ubirajara e Luiz receberam uma bolsa de 50% e pagaram R\$ 250 por mês pelo curso, que durou dois anos. Os dois são os primeiros funcionários da Alerj a se formarem na área de Segurança Pública.

Além da Estácio de Sá, os funcionários da Alerj e seus dependentes também têm 50% de desconto nos cursos das universidades Santa Úrsula e Celso Lisboa, e 30% de desconto no Colégio Ponto de Ensino. A Assembléia tem a preocupação de reciclar os seus profissionais e, além dos convênios com as universidades, a Escola do Legislativo Fluminense promove cursos e treinamentos ao longo do ano, com o intuito de aperfeiçoar os qua-

dros da Casa. O diretor geral de Administração da Alerj, Carlos Cardoso, presente na colação de grau e apontado pelos seguranças como o grande incentivador para que realizassem o curso, comentou a importância de qualificar os funcionários da Casa. “Uma formação superior é muito importante para a ascensão profissional. O Luiz e o Ubirajara são os primeiros funcionários da Alerj a se formarem na área de segurança. Hoje, eles têm uma visão mais apurada de segurança e podem levar o aprendizado a seus colegas. É o profissional evoluindo dentro da Alerj”, disse.

Concluída a formação, Ubirajara e Luiz já planejam a pós-graduação, em Segurança de Portos e Aeroportos, também na Estácio. “Hoje temos uma consciência bem mais apurada da nossa profissão. Ganhamos inteligência na abordagem com o público e noções de Direito Penal, Logística, Sociologia e Psicologia”, comentou Ubirajara, ao que foi seguido por Luiz: “Sabemos qual é o procedimento legal a ser adotado e a melhor forma de realizarmos o nosso trabalho. Meu anseio é que todos os seguranças façam esse curso e aproveitem a oportunidade”.

Governadora presta contas na Alerj

SEGUNDO ROSINHA, NÚMEROS MOSTRAM DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GEIZA ROCHA

Um balanço de praticamente uma década. Assim a governadora Rosinha Garotinho definiu o próprio discurso, realizado durante o expediente inicial da Alerj do dia 21, em que prestou contas de sua gestão. Durante duas horas e quarenta minutos, Rosinha apresentou números de cada um dos projetos sociais e ações realizados nas áreas de Transportes, Saúde, Segurança Pública, Infra-Estrutura e Educação, muitos deles iniciados durante a gestão do ex-governador Anthony Garotinho, a partir de 1999. “Como dizia Aristóteles, a única verdade é a realidade. E os números não mentem”, disse ela, acrescentando que eles são frutos da implantação, pelo Executivo, de uma série de programas que tiveram como saldo o crescimento do estado com geração de renda e emprego, fato, segundo ela, confirmado em estudo do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Peço, inclusive, que a íntegra deste estudo seja publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo para que as pessoas, quando pesquisarem sobre a história de nosso estado, possam conhecer a verdade”, afirmou.

Além do estudo da FGV, a governadora citou dados do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação, do IBGE e de organismos internacionais que, segundo ela, mostram o sucesso das iniciativas de seu governo. “Certamente não fizemos tudo, mas nos preocupamos com a população e investimos fortemente numa rede de proteção social”, disse Rosinha, destacando os programas sociais do estado, como a Farmácia Popular, o Restaurante Popular e o Cheque-Cidadão, entre outros, e seus efeitos junto à população.

As políticas de geração de empregos e de incentivos fiscais, que atraíram empresas e consolidaram os pólos de desenvolvimento no estado, como o Pólo Gás Químico, o Metal Mecânico, o de Fruticultura, o de Confecções e o Naval, também foram citadas. Ela destacou os investimentos do setor siderúrgico que serão feitos nos próximos anos, como a construção da Companhia Siderúrgica do



Rafael Wallace

Rosinha Garotinho apresentou dados sobre os avanços alcançados na sua administração

Igualdade social será desafio, diz Picciani

Durante a última sessão legislativa de 2006, realizada no dia 21, o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), disse que a busca pela igualdade social será o grande desafio do próximo Governo e dos deputados da Casa. Picciani acrescentou que serão necessários avanços na área habitacional, na saúde e na defesa dos direitos humanos. “Precisamos ter instrumentos de proteção ao cidadão comum. Acho que teremos ambiente neste Governo para este tipo de avanço”, adiantou.

Picciani, que disse estar esperançoso em relação à gestão de Sérgio Cabral

Filho à frente do estado, disse que é preciso compreender que o Rio tem que resolver “questões essenciais, sem críticas a este ou àquele Governo”. Segundo ele, o Rio, dentro da Federação, não vem tendo a reciprocidade mínima pelo que contribui para a Nação. “Se compararmos o investimento no Rio de Janeiro com o que é investido em São Paulo, veremos que o Rio não tem recebido atenção”, considerou. Ele disse esperar a ajuda dos deputados estaduais que se elegeram federais, como Andréia Zito (PSDB) e Edmilson Valentim (PCdoB), para reverter este quadro.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Sivuca

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1ª Secretária:

Graça Matos

2ª Secretária:

Léo Vivas

3ª Secretária:

Marco Figueiredo

4ª Secretária:

Aparecida Gama

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Acárisi Ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Aline Leal, Clarisse Bretas,

Fabiola Gerbase, Fabiano Veneza,

Henrique Santa Maria,

Luciana Mendes, Marcela Palma,

Marcela Maciel, Sérgio Jardim,

Thayssa Plum, Thaysa Tamiozo

Fotógrafo:

Rafael Wallace

Diagramação:

Pedro Koblitz

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem: 2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax:2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 406 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“Fala-se muito sobre a violência no Oriente Médio e, para nosso espanto, Israel é 15 vezes mais seguro que o nosso País. É tempo de mudar essa situação.”

Noel de Carvalho (PMDB), defendendo a adoção de uma cultura de paz no estado



“Aí sim, integrados, poderemos dar ao cidadão do nosso estado um atendimento à altura dos impostos que paga.”

Samuel Malafaia (PMDB), sobre os movimentos de aproximação entre a Prefeitura do Rio e o governador Sérgio Cabral Filho

“Considero que estes 12 anos foram mais uma etapa de um aprendizado perene que não se esgota aqui, mas se fortalece e se renova.”

Edmilson Valentim (PCdoB), eleito deputado federal, em discurso de despedida do Parlamento estadual

Políticos eleitos para próxima legislatura são diplomados na Alerj



O governador eleito Sérgio Cabral (PMDB) foi o primeiro a receber o diploma

PEDRO MOTTA LIMA

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi o palco, no dia 15 de dezembro de 2006, da diplomação dos candidatos eleitos na última eleição, entre eles o governador Sérgio Cabral Filho (PMDB), seu vice, Luiz Fernando Pezão (PMDB), e o senador eleito, Francisco Dornelles (PP). O evento, organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ), foi realizado no Plenário Barbosa Lima Sobrinho. O presidente do TRE, desembargador Roberto Wider, entregou diplomas para todos os 70 deputados estaduais eleitos e para 45 federais, pois o deputado Jorge Bittar (PT) não compareceu por estar fora do Brasil.

O primeiro a ser diplomado foi Sérgio Cabral, que recebeu o documento ao lado de três de seus cinco filhos. O governador eleito ainda voltou à frente do plenário ao fim da cerimônia, quando foi aplaudido de pé pelos presentes. O único a discursar, no entanto, foi o presidente do TRE. Wider saudou o pai do futuro governador e conselheiro do Tribunal de Contas do Município (TCM), Sérgio Cabral, e a esposa do governador, Adriana Cabral, antes de iniciar seu discurso.

O magistrado falou sobre a importância de os eleitos honrarem a confiança depositada pelos eleitores e citou alguns pontos, que, em sua opinião, devem ser discutidos na próxima legislatura, tanto em âmbito regional como federal. “A reforma política é de fundamental importância e com ela a fidelidade partidária”, ressaltou Wider. O presidente do TRE acrescentou que acha necessário rever a questão da reeleição, “pois esta se mostrou uma prática pouco saudável para o processo eleitoral”, e analisar se o voto distrital e o financiamento público de campanha devem ser postos em prática. “É claro que, além disso, as questões fundamentais, como segurança, emprego, educação e saúde, devem ser sempre defendidas”, afirmou o magistrado.

Além de Wider, a mesa da cerimônia foi composta pelo presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Cavalieri, pelo presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, vereador Ivan Moreira (PFL), pelo vice-governador do estado, Luiz Paulo Conde (PMDB), pelo vice-presidente do TRE, desembargador Ronald Valladares, e pelo procurador regional eleitoral, Rogério Nascimento.



O senador eleito Francisco Dornelles (PP) também foi diplomado na cerimônia

Expectativa alimenta ânimo dos novos deputados

“Nesse momento inicial pretendo aprender muito e honrar a credibilidade dos votos dos eleitores. Quero trabalhar especialmente pela área da saúde. A emoção de estar aqui é maravilhosa. Entro na Assembléia com o mesmo broche que o meu avô entrou há anos atrás. Minha juventude contribui porque ainda não tenho os vícios de alguns políticos. Por outro lado, ainda tenho muito o que aprender.”

Deputado Pedro Fernandes Neto (PFL)

“Minha primeira luta será contra o aumento do salário dos deputados, que considero um absurdo. Dentro da Alerj, vou tomar a frente das bandeiras da segurança pública e dos direitos humanos, áreas nas quais trabalho há mais de 20 anos como pesquisador e militante. Após uma eleição muito difícil, é muito gratificante estar aqui hoje”

Deputado Marcelo Freixo (PSOL)

“Pretendo ampliar para o estado o projeto que apresentei na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, que cria meia passagem para alunos de escolas privadas e estudantes universitários em ônibus, barcas e trem. Além disso, quero trabalhar também no apoio às micro e pequenas empresas.”

Deputado Fernando Gusmão (PCdoB)

“Nova Friburgo e região vão ter um representante dentro da Assembléia. Vou priorizar a região e lutar pelo desenvolvimento da indústria e do comércio, para gerar mais empregos e renda. É a primeira vez que me filio a um partido e concorro a eleições, agradeço a credibilidade.”

Deputado Olney Botelho (PDT)



Em seu discurso, o presidente do TRE, desembargador Roberto Wider, ressaltou a importância de se realizar a reforma política nesta legislatura que se inicia

Reeleitos trabalharão pelo desenvolvimento

“Além de atuar na área trabalhista e pelo direito do consumidor, trabalharei também pelo desenvolvimento do estado, focando no complexo petroquímico de Itaboraí. Espero que a Alerj, nessa nova legislatura, esteja envolvida no debate sobre as grandes questões do estado. A Assembléia vai ser um canal importante para conversar com a população e conhecer suas demandas”

Deputado Gilberto Palmares (PT)

“Estou voltando à Alerj depois de dois anos licenciado na vice-prefeitura de Niterói. Pretendo retomar minhas propostas na Casa, que incluem projetos que visam a uma maior transparência no repasse dos recursos pelos estados aos municípios. O papel do estado não é apenas repassar as verbas, é o de ajudar a suprir suas deficiências para melhorar a qualidade de vida da população.”

Deputado Comte Bittencourt (PPS)

“Neste segundo mandato, vou trabalhar para dar mais educação e emprego para a população. Sem esses dois, não tem como o estado crescer. Pretendo também dar continuidade ao trabalho que já venho desenvolvendo como deputado na Alerj, através da participação ativa em diversas comissões da Casa e ajudando a população.”

Deputado Coronel Jairo (PSC)

“Pretendo enfatizar o desenvolvimento econômico e a geração de empregos. Também vamos aproximar a população fluminense do Parlamento, buscando uma relação democrática entre os partidos políticos e a sociedade civil.”

Deputado Jorge Picciani (PMDB)

EM DEBATE: A UNIÃO DEVE REPASSAR PARTE DA ARRECADAÇÃO PARA OS ESTADOS?

LUIZ PAULO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSDB

Avanços da democracia

Rafael Wallace



O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, propôs recentemente que o Governo federal promova a desconcentração do bolo tributário. O primeiro gesto de boa vontade, segundo ele, seria a transferência de toda a malha rodoviária federal para os estados. Em contrapartida, a União repassaria integralmente para os estados – e proporcionalmente, para não cometer injustiças – os recursos da arrecadação da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide).

Essa contribuição, criada por emenda constitucional pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001, é destinada ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. É cobrada sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás natural e álcool etílico combustível. Uma bolada de uns R\$ 8 bilhões, arrecadados em 2006 – e que deve chegar a R\$ 10 bilhões em 2007.

Governadores e prefeitos pretendem atuar em projetos de infra-estrutura, estimulando o crescimento – ao invés de fazer escandalosas operações tapa-buraco. Recuperando as estradas que estavam nas mãos da União, pretende-se facilitar o escoamento da produção, aquecendo-se ainda mais a economia. Mais que isso: mostrar ao cidadão onde estão sendo investidos os recursos captados pelo governo.

A idéia suscita ainda a inadiável discussão do nosso modelo tributário. Hoje, 80% dos impostos e afins recolhidos no Brasil ficam nas mãos da União. Essa participação deixa estados e municípios dependentes do poder central, com míseros 20% do bolo para investimentos

e custeio. Parte dessa maldade do modelo federativo está na criação das tais contribuições sociais. Elas não precisam ser repartidas com os estados membros, ao contrário do que é arrecadado em impostos.

Um país complexo como o nosso não pode ser conduzido de forma tão concentrada, induzindo o crescimento através dos humores vindos de Brasília. Se o Governo federal aceitar a proposta do governador mineiro, porque não alargar o gesto, repassando também recursos de outras fontes, de forma a promover o crescimento econômico, e equilibrando a distribuição das riquezas do País?

“Hoje, 80% dos impostos recolhidos ficam nas mãos da União”

PAULO MELO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB

Mais autonomia

Rafael Wallace



Com a Constituição Federal de 1988, os Estados passaram a ter muitas atribuições em virtude dos preceitos estabelecidos como garantias e direitos fundamentais da população, tais como a Saúde, Educação, Saneamento Básico. Estas regras geraram novos gastos, os quais são fiscalizados pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público.

Ocorre que a União, através da própria Constituição, criou novos impostos e contribuições sociais para financiar o aumento dos seus gastos com saúde, educação e outros, mas não repassou aos Estados valores suficientes para que os mesmos possam prestar os serviços estabelecidos pela constituição, sendo que a parcela arrecadada com as contribuições sociais não entra no cálculo da arrecadação tributária para distribuição aos Estados, excetuada a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide). Este cálculo tem engessado os Estados, dificultando investimentos na melhoria da qualidade dos serviços essenciais.

A sociedade tem cobrado diretamente dos governadores e prefeitos o direito e acesso a estes serviços essenciais, concedidos aos cidadãos pela própria Constituição Federal. Como, então, oferecer serviços dignos sem fontes para cobrir esses custos e ainda realizar obras? Uma das soluções aventadas é o aumento do repasse de parte da arrecadação da União para os Estados, que teriam, assim, não só mais autonomia para priorizar as obras realmente importantes, como também maior capacidade de realização de investimentos.

Em menor escala, iniciativas como a municipalização de certos serviços também tem contribuído para a melhoria do serviço prestado, e diminuído a burocracia, aumentando a eficácia no atendimento.

Além de abrir uma discussão nacional sobre o modelo tributário, já que a União fica com 80% dos impostos e contribuições recolhidos no Brasil, é preciso estimular os convênios entre os Estados e o Governo federal para que haja uma distribuição satisfatória, evitando assim, que os governadores dependam unicamente dos 20% para custear serviços e promover o desenvolvimento dos estados.

“É preciso estimular também convênios entre os governos estadual e federal”

Comissão discute piso do estado

EM AUDIÊNCIA, DEPUTADO ANUNCIA QUE IRÁ FISCALIZAR CUMPRIMENTO DA LEI DO MÍNIMO ESTADUAL NAS EMPRESAS

Rafael Wallace



Audiência discutiu a mensagem que cria o piso, que será votada no dia 16 de janeiro

CLARISSE BRETAS

O reajuste de 15% no piso regional do estado para o próximo ano permeou a audiência pública convocada pela Comissão de Trabalho da Alerj, para discutir as faixas salariais, no dia 20. Presidente da comissão, o deputado Gilberto Palmares (PT) afirmou que irá defender o reajuste apresentado pelo Governo, já que a economia do estado suporta o aumento. “Vamos continuar discutindo o reajuste com os interessados”, garantiu Palmares. Ele disse ainda que irá fiscalizar as empresas que não cumprem o piso estabelecido na legislação: “As empresas alegam que o piso é para uma carga horária de oito horas diárias, enquanto elas trabalham com turnos de seis horas por dia”. A Casa votará a mensagem que cria os novos pisos no dia 16 de janeiro, em sessão extraordinária.

Representante da Federação de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Rodolfo Tavares defendeu a realização de uma audiência com a Comissão de Trabalho da Casa, a Firjan e a Fecomercio, antes de os pisos serem votados, para que o assunto possa ser decidido de maneira democrática. “O IBGE registra queda de produção e produtividade na agricultura, mesmo com os esforços do Governo para atrair empresas para o interior. Além disso, 25% da receita do estado são provenientes do petróleo”, lembrou ele. A falta

de incentivos fiscais para empresas de outros ramos, por parte do Governo, também foi criticada pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro (Sinttel-Rio), Ricardo Pereira, que é operador de telemarketing. “Parece que o Rio é movido a petróleo. Nós temos o piso, mas não temos trabalho”, criticou ele, salientando que, desde 2003, a categoria já perdeu 12 mil postos de trabalho, devido a incentivos fiscais de outros estados.

Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Paulo Jagger expôs as diferenças de piso salarial entre Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, únicos estados a trabalhar com as faixas. “Os pisos são regulamentados de acordo com o tipo de atividade exercida e a carga horária. Desde 2003, são seis faixas no Rio, com variação de 20% entre o maior e o menor salário. No Paraná, a distância é de apenas 3%”, afirmou ele, ressaltando que, entre 2001 e 2005, o piso manteve o poder de compra do trabalhador fluminense. “O mínimo nacional vem crescendo mais rápido que os pisos, por isso, aqui no Rio, a diferença entre o menor piso e o mínimo vem caindo”, observou. O técnico apresentou ainda estimativa da Fundação Cide, com base em dados do IBGE, de evolução do PIB do estado para este ano: 13,5%, mais a inflação acumulada entre 2001 e 2005.

CURTAS**Remoção de comunidades**

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, deputado Geraldo Moreira (PMN), anunciou, em audiência pública realizada no último dia 22 que levará ao procurador-geral de Justiça, Marfan Martins Vieira, representantes de comunidades carentes ameaçadas de remoção pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público Estadual (MP). O parlamentar defendeu ainda a formação de uma comissão que reúna instituições, como o MP, o Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj), o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ) e as comunidades atingidas. “Precisamos nos manter articulados para acompanhar o desenrolar desses processos e impedir arbitrariedades”, disse Moreira. “A remoção deve ser tratada dentro da comunidade e com membros da comunidade”, concordou o membro do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista, Roberto Maggessi. Além dos órgãos mencionados pelo deputado, estiveram presentes na audiência membros de comunidades ameaçadas.

Nome aprovado

O secretário estadual de Finanças, Luiz Antônio Laranjeira Barbosa, será o próximo membro do conselho da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp). Sua indicação, por parte da governadora Rosinha Garotinho, foi aceita pelos deputados em plenário, no último dia 21. Barbosa já havia sido aprovado, no dia anterior, pela Comissão de Normas Internas e Proposições Externas da Alerj.

ENTREVISTA JORGE PICCIANI

DEPUTADO PELO PMDB

'Somos um exemplo para o País'

GEIZA ROCHA



Fabiano Veneza

Para o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), a Assembléia Legislativa tem dado um exemplo de Parlamento ao País. Ele ressalta o fortalecimento do trabalho das comissões técnicas permanentes e a transparência alcançada por meio da TV Alerj como alguns dos fatores que permitiram uma maior aproximação entre os deputados e a população. Nesta entrevista, Picciani faz um balanço de 2006 e afirma que a tendência é que, nos próximos anos, a Assembléia consiga manter a austeridade econômica e os bons serviços prestados aos cidadãos. "Já estabelecemos um padrão de atendimento de iniciativa privada, e o manteremos", garante.

Que avaliação o senhor faz da Alerj em 2006?

As comissões técnicas permanentes têm funcionado em consonância e harmonia com a população. Cito como exemplo as comissões de Defesa do Consumidor – que defendeu milhares de famílias que não têm condições de pagar advogado –, a de Meio Ambiente e a de Saúde, que estiveram presentes e atentas aos acontecimentos, cumprindo seu papel fiscalizador, a de Trabalho, que nunca esteve tão ao lado do trabalhador, sobretudo num momento em que se praticam terceirizações e falta de responsabilidade social, e a da Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, pioneira no País na luta pela inclusão dos deficientes e na promoção da acessibilidade.

Que avanços o senhor destacaria?

Gostaria de citar a economia realizada este ano. A Alerj devolveu aos cofres do estado no último dia 19 mais R\$ 5 milhões, economizados do Orçamento de 2006. Somado à quantia devolvida no início do mês, chegamos a um total de R\$ 22.523.504,20, que puderam ser investidos em outras áreas prioritárias. Em 2004, com os cortes orçamentários realizados, devolvemos R\$

10 milhões aos cofres públicos, acrescidos de R\$ 20 milhões em reservas orçamentárias. Estas devoluções são fruto de um trabalho austero, centrado na busca da eficiência, sem prejuízo das atividades da Casa e, da população, que viu nestes últimos quatro anos o aumento da prestação de serviços.

"Temos que avançar na transparência e lutar pelo crescimento do estado"

E em relação à produção legislativa?

Este ano tivemos uma boa produção legislativa. Logo no começo do ano, aprovamos a redução do ICMS de chope de 18% para 17%, e de 18% para 16% no caso dos refrigerantes, tornando as indústrias sediadas no Rio mais competitivas. Também aprovamos leis importantes para o consumidor e regularizamos a situação de mais de 100 mil imóveis de baixa renda, ao isentar de despesas cartoriais os imóveis de conjuntos habitacionais populares ad-

quiridos com financiamento dos antigos institutos de aposentadorias e pensões (IAPs), dentre outras iniciativas.

Como o senhor avalia a renovação de deputados para a próxima legislatura?

A legislatura que se encerra em janeiro de 2007 foi aprovada. Nas últimas eleições, dos deputados eleitos em 2002, 36 foram reeleitos deputados estaduais e seis eleitos federais. Conseguimos eleger também seis prefeitos e dois vice-prefeitos, o da capital e o de Niterói, o que significa uma taxa de renovação de menos de 30%. Isto demonstra que o Parlamento do Rio tem estado à altura do regime democrático e manteve o seu caráter plural.

Quais serão os desafios da próxima legislatura?

Temos que avançar na questão da transparência e lutar pelo crescimento econômico do estado. Neste contexto, o trabalho conjunto com o governador eleito Sérgio Cabral Filho é fundamental. O cenário que vimos após as eleições e que se desenha para o próximo ano é positivo, de harmonia. Nosso maior desafio será o de transformar estes projetos em ações efetivas.